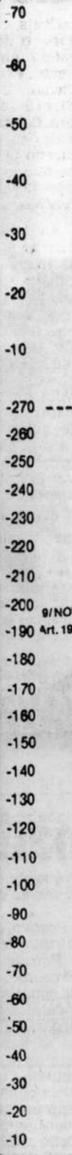


**PRAZO DE VOTAÇÃO**  
Contagem Regressiva  
Faltam 10 dias

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ARTIGOS VOTADOS



# Criação de estatais passará por Legislativo

Aprovada ingerência também na participação do Governo no setor privado

EUGÊNIO NOVAES



A Sistematização aprova o controle das estatais pelo Congresso

## Grupos de garimpeiros continuam protegidos

Ainda não foi desta vez que os contrários aos privilégios garantidos pelo texto de Cabral aos garimpeiros sobre as grandes mineradoras obtiveram vitória na Comissão de Sistematização. Emenda do deputado Marcos Lima (PMDB-MG) para suprimir do artigo 195 a prioridade às cooperativas de garimpeiros na concessão para pesquisa e lavra nas áreas de sua atuação foi derrotada por 48 votos a 27.

O autor defendeu sua proposta alegando que o artigo 20 do projeto já protege a atividade — "sabemos

que o garimpo precisa ser protegido" — mas o texto, da forma como está, transformará o Brasil num imenso garimpo, desorganizando esta atividade econômica.

O deputado Ademir Andrade (PMDB-PA), tradicional defensor dos garimpeiros, pregou a manutenção do texto. "Pela primeira vez na história deste país o Estado se alerta para proteger uma atividade secular da Nação brasileira, que é a garimpagem. Estamos defendendo, com este texto, o microempresário, a democratização da

exploração mineral".

O relator Bernardo Cabral confessou que aguardou a argumentação de Marcos Lima para ver se mudava o seu ponto de vista, mas não encontrou no discurso do autor da emenda nenhuma "pepita jurídico-constitucional" que justificasse a alteração do texto. Cabral observou que o garimpo praticado através de cooperativas não vai desorganizar a produção, como sugeriu Marcos Lima, mas sim proteger o garimpeiro da atividade das grandes mineradoras.

## Exploração fica mais limitada

A Comissão de Sistematização restringiu ontem aos brasileiros e às empresas nacionais o direito de aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais. Seguindo o texto aprovado, para tais procedimentos será necessária autorização ou concessão da União. A exploração terá duração determinada, em função do interesse nacional, e quando for feita em terras indígenas e em faixa de fronteira será regulada por lei.

Basicamente foi aprovado o texto do relator Bernardo Cabral. A única alteração surgiu em função de emenda proposta pelo deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), que impede a exploração por estrangeiros, propondo a inclusão da palavra "brasileiros", além de determinar que a exploração terá tempo estabelecido e será feita em função do interesse nacional. Ainda que os deputados Ricardo Fiuzza (PFL-PE) e José Lins (PFL-CE) tenham se pronunciado contra a emenda, sob a ale-

gação de que a limitação de prazo na Constituição "inibiria o investidor", nem o plenário nem o relator acobertaram a argumentação dos dois. Ao ser votada, a emenda teve aprovação por 53 votos contra 32, além de uma abstenção.

O artigo 198 foi alvo ainda de outra emenda aprovada. O deputado Ademir Andrade (PMDB-PA) propôs a inclusão de um novo parágrafo, desvinculando de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida. Ao defender a emenda, Ademir de Andrade argumentou que a sua aprovação permitiria à iniciativa privada utilizar tal potencial "com mais liberdade e sem burocracia". A modificação foi combatida pelos deputados Gerson Peres (PDS-PA) e Ricardo Fiuzza (PFL-PE), e também pelo relator. Foi inútil: o plenário da Sistematização acatou a emenda por 60 votos contra 29.

Palmeira (PT-RJ) propôs emenda determinando que "o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em terras indígenas somente poderão ser efetuados e dependerão da prévia autorização do Congresso Nacional". O senador José Fogaça solicitou ao deputado a inclusão de sua emenda para ser incluída no artigo 261 do substitutivo, que trata dos direitos dos índios. Mas Palmeira insistiu e teve a emenda atacada pelos deputados Ricardo Fiuzza e Inocêncio de Oliveira (PFL-PE). Recebeu, contudo, o apoio do deputado Otávio Elisio (PMDB-MG). Posta em votação, a proposta terminou rejeitada, por 51 votos contra 39.

A Comissão de Sistematização manteve integralmente os artigos 196 e 197 do substitutivo. O primeiro trata da prestação de serviços, que será tarefa do Estado. O artigo 197, por sua vez, separa as jazidas, minas e demais recursos assim como os potenciais de energia hidráulica da propriedade do solo.

### INDIOS

O deputado Wladimir

## Reforma agrária, sem acordo, é votada hoje

Os parlamentares esquerdistas da Comissão de Sistematização e os conservadores representantes dos proprietários rurais se enfrentam hoje à tarde no plenário para disputar, no voto, os termos da reforma agrária que será sacramentada na nova Constituição. Depois de frustradas as negociações que vinham sendo tentadas há cerca de dois meses entre representantes do MUP, PT, PDT, PCB, PC do B e os parlamentares que integram o bloco de representantes dos proprietários rurais, hoje as duas correntes se confrontam sem ter alcançado uma fórmula concreta de consenso. O impasse continua sendo o conceito de função social da propriedade para efeito de desapropriação e a imissão de posse na terra desapropriada.

Até o final da noite de ontem os articuladores credenciados, Vicente Bogo (PMDB-RS) pelos esquerdistas e Alysson Paulinelli (PFL/MG) pelos moderados, discutiram intensamente várias propostas alternativas, sem sucesso. "Teria a possibilidade de um acordo se eles aceitassem jogar a questão da imissão de posse para a Legislação complementar e, em contrapartida, concordassem com a definição de função social da propriedade aprovada na convenção do PMDB", explicou Vicente Bogo. Em todo caso, na ausência de um entendimento sobre a reforma agrária, ele anuncia que a tendência na Comissão de Sistematização é preservar a proposta do projeto Cabral II.

Avalizados pelo senador José Richa (PMDB/PR), que participou da elaboração de uma proposta que os esquerdistas consideram um retrocesso, os conservadores não aceitam as condições estabelecidas para a definição do que é "função social" da propriedade. O deputado Alysson Paulinelli defende que este conceito tem que ser baseado sobre a função social do "uso" da terra e não sobre a função da propriedade em si.

Por outro lado, os esquerdistas querem estabelecer que são condições para a definição do conceito de função social da propriedade: "O imóvel é racionalmente aproveitado; observam as disposições legais que regulam as relações de trabalho e produção e não motiva conflitos pela posse e domínio; conserva os recursos e o meio ambiente; respeita os direitos das populações indígenas e o limite de áreas máximas da propriedade territorial rural".

Na proposta dos conservadores, remendada com destaques principalmente da deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ) e José Maria Eymael (PDC/SP), os proprietários que tiveram suas terras desapropriadas poderão impetrar recurso que será julgado num prazo de até 5 meses, e no final, se o Tribunal Regional Federal considerar que o imóvel cumpre função social, a pena terá efeito suspensivo do ato desapropriatório. "Queremos garantir que as propriedades produtivas sejam preservadas e dar o direito ao Governo de desapropriar as terras im-

produtivas", justifica Paulinelli.

No conjunto de destaques que serão defendidos por seu grupo, a imissão de posse do imóvel desapropriado dar-se-á apenas dentro de algumas condições. Três emendas de José Maria Eymael prevêm que dentro de 90 dias a autoridade judiciária competente, após prévia e obrigatória vistoria judicial decidirá por sentença fundamentada sobre o cumprimento ou não da função social do imóvel desapropriado.

Não decidindo o juiz, a competência originária passará para o Tribunal Regional Federal, que no prazo de 60 dias colocará o projeto na pauta de julgamento com prioridade exclusiva. Se o juiz decidir que a propriedade é produtiva, o proprietário tem o direito de recorrer para suspender o ato de desapropriação. Este é justamente o segundo ponto de divergência entre as duas correntes na Comissão de Sistematização.

Os esquerdistas, como na proposta do projeto constitucional, não aceitam a possibilidade de recurso judicial quanto ao mérito da desapropriação, com efeito suspensivo, mas apenas para julgar o valor do imóvel objeto de desapropriação. "Sempre defendemos a imissão de posse automática, cabendo recurso somente para definir a quantia a ser paga pelo imóvel desapropriado", adianta Vicente Bogo, já antevendo as dificuldades de um acordo ainda hoje sobre a polêmica reforma agrária.

As empresas da administração indireta e suas subsidiárias só poderão ser criadas, a partir de agora, mediante aprovação do Legislativo. A participação de qualquer delas em empresas privadas também necessitará de aprovação prévia do Congresso ou assembleias legislativas.

Por 76 votos a 9, a Comissão de Sistematização aprovou, ontem à tarde, emenda de autoria do deputado Aluizio Campos (PMDB-PE) com este objetivo. A proposta, defendida pelo autor e com parecer favorável da relatoria, teve aceitação tranquila e foi incluída como um novo parágrafo ao artigo 194.

Este artigo recebeu um outro acréscimo, proposto pelos deputados Nelson Friedrich (PMDB-PR) e Domingos Leonelli (PMDB-BA) e aprovado por 56 votos a 28. Eles conseguiram incluir no texto de Cabral a criação, através de lei, de um estatuto para regulamentar as relações entre as empresas públicas, o Estado e a sociedade.

A prejudicialidade de uma emenda de Brandão Monteiro (PDT-RJ), para a criação de um Tribunal de Defesa Econômica, falta de quorum, fez com que Nelson Friedrich saísse pessoalmente à caça de

membros da Comissão no cafézinho e imediações do plenário para votar. O esforço foi recompensado. A proposição recebeu folgada margem de votos favoráveis, a despeito dos encaminhamentos contrários dos deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e José Lins (PFL-CE).

A aprovação deste dispositivo prejudicou emenda do senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES) que instituiu a distinção, através de lei complementar, das empresas estatais que deveriam ser submetidas aos mesmos controles e fiscalização das empresas privadas.

## Faltou quorum para tribunal

A criação de um Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, para combater o abuso do poder econômico, dividiu ontem a Comissão de Sistematização e acabou não sendo aprovada. Faltaram quatro votos para a maioria absoluta de 47 e a emenda, de autoria do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), ficou prejudicada por falta de quorum. De qualquer maneira, embora a relatoria se manifestasse favoravelmente, o número de votos contrários também foi superior: 44 não a 43 sim e uma abstenção.

Brandão propunha um tribunal formado por cinco membros, eleitos pelo Congresso Nacional, com a incumbência de reprimir qualquer forma de abuso do poder econômico que tivesse o objetivo de "dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência ou aumentar arbitrariamente os lucros".

O senador Virgílio Távora (PDS/CE) falando em nome da relatoria, classificou a emenda de "absolutamente justa" e disse que ao invés de tribunal, a denominação de corte talvez fosse ainda mais adequada.

Encaminharam a votação os deputados César Maia (PDT/RJ), a favor, e José Jorge (PFL/PE), contra, também se pronunciando o deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ), que considerou a emenda uma agressão ao Judiciário.

Era a segunda vez na tarde que Dornelles louvava a utilização do Judiciário como o "instrumento mais salutar" no julgamento de pendências entre os setores público e privado. A primeira foi na abertura da sessão, quando diversos constituintes se manifestaram a respeito da liminar dada pelo Tribunal Federal de Recursos em favor da Autolatina.

A sucessão de comentários sobre o assunto foi aberta pelo deputado Luiz Salomão (PDT/RJ), que criticou a atitude do TFR. "Isto significa a perda da autoridade do ministro Bresser Pereira, que na verdade acaba de ser substituído pelo Dr. Wolfgang Sauer (presidente da Autolatina)", disse Salomão.

## EMENDA ALUIZIO CAMPOS

Congresso aprova criação de estatais

SIM



**PMDB**  
Abigail Feitosa  
Ademir Andrade  
Aluizio Campos  
Antonio Brito  
Artur da Távola  
Bernardo Cabral  
Carlos Mosconi  
Carlos Sant'Anna  
Cid Carvalho  
Egídio Ferreira Lima  
Fernando Bezerra Coelho  
Fernando Gasparian  
Fernando Lyra  
Francisco Pinto  
Haroldo Sabóia  
José Fogaça  
José Inácio Ferreira  
José Paulo Bisol  
José Ulisses de Oliveira  
Mário Lima  
Nelson Carneiro  
Oswaldo Lima Filho  
Paulo Ramos  
Pimenta da Veiga  
Renato Vianna  
Rodrigues Palma  
Severo Gomes  
Sigmaringa Seixas  
Virgildáσιο de Senna  
Wilson Martins

Antônio Mariz  
Chagas Rodrigues  
Euclides Scalco  
João Agripino  
Jorge Hage  
José Costa  
José Tavares  
Octávio Elisio  
Ulrico Pinto  
Vicente Bogo  
Wilson Souza

**PFL**  
Christovam Chiaradia  
Francisco Dornelles  
José Jorge  
José Lins  
José Santana de Vasconcelos  
Marcondes Gadelha  
Mário Assad  
Oscar Correa  
Annibal Barcellos  
Enoc Vieira  
Jonas Pinheiro  
José Tinoco  
Mozarildo Cavalcanti  
Paes Landim  
Simão Sessim  
Valmir Campelo

**PDS**  
Gerson Peres  
Jarbas Passarinho  
José Luiz Maia  
Virgílio Távora  
Adyson Motta

**PDT**  
Brandão Monteiro  
José Maurício  
Lysâneas Maciel

**PTB**  
Francisco Rossi  
Gastone Righi  
Joaquim Bevilacqua

**PT**  
Luiz Inácio Lula da Silva  
Plínio de Arruda Sampaio

**PL**  
Adolfo Oliveira

**PDC**  
Roberto Balestra

**PC do B**  
Haroldo Lima

**PCB**  
Fernando Santana

**PSB**  
Beth Azize

**PMDB**  
José Geraldo  
José Richa

**PFL**  
Aloysio Chaves  
Geovani Borges  
José Lourenço  
Luís Eduardo  
Ricardo Fiuzza  
Sandra Cavalcanti  
Jofran Frejat

**PTB**  
Francisco Rossi  
Gastone Righi  
Joaquim Bevilacqua

**PT**  
Luiz Inácio Lula da Silva  
Plínio de Arruda Sampaio

**ABSTENÇÃO**  
Eraldo Tinoco (PFL)

**NÃO**



## ATÉ ONDE JÁ SE VOTOU NA CONSTITUINTE

### Atraso é o que Ulysses mais teme

O presidente do PMDB, da Câmara e da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, se recusou ontem a falar sobre o mandato do presidente José Sarney, mas passou toda a tarde trabalhando no sentido de encontrar uma fórmula que apresse, ainda mais, os trabalhos de elaboração do novo texto constitucional.

Ulysses, que chamou a seu gabinete diversos parlamentares, para conversar sobre a proposta de mudança do Regimento Interno, foi até o gabinete do senador Jarbas Passarinho, a quem manifestou preocupação com a demora na elaboração da futura Constituição brasileira.

Ele fará, às lideranças de todos os partidos, e a todos os constituintes — deverá se pronunciar a respeito ainda hoje, em plenário — um apelo no sentido de que se reduza ao máximo a apresentação de emendas e destaques, porque o contrário teria de se adiar ainda mais o prazo.

Ulysses confirmou a sessão extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte, hoje às 21 horas, para recebimento do Projeto de Resolução que, com o respaldo de mais de 310 assinaturas, propõe a mudança de Regimento Interno, para apresentação de emendas relativas a títulos, capítulos, artigos.

### Com reitores, chega o lobby da educação

Belo Horizonte — Os 35 reitores de universidades federais chegam hoje a Brasília para pressionar os deputados e senadores constituintes a acrescentarem novas propostas no substitutivo-2 do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, no tocante à educação.

Reitores, diretores de escolas técnicas e de escolas isoladas querem com esse "lobby" configurar na nova Carta brasileira, por exemplo, que o ensino é um direito do cidadão, mas também um dever do Estado. Outro ponto que pretendem ver incluso na Constituição: os recursos destinados à educação só podem ser utilizados pelas escolas públicas.